

SOLIDARIEDADE E PROTEÇÃO: AS REDES INFORMAIS DE APOIO FACE À VIOLÊNCIA URBANA

Davi Kiermes Tavares*

Resumo: *Procurou-se destacar, neste trabalho, as redes informais de solidariedade como instrumentos importantes de enfrentamento a situações adversas vividas pelos pobres urbanos, principalmente situações de insegurança e de falência dos serviços públicos. É exposto o papel da Dívida e das relações interpessoais e da solidariedade na provisão das necessidades sociais dos indivíduos e das suas famílias. Lança mão, também, da teoria das redes no intuito de conhecer os atores envolvidos e o tipo de assistência que prestam, em domínio específico (uma localidade de periferia urbana)..*

Palavras-chave: Violência Urbana; Dívida; Redes Sociais; Sociedade-Providência; Solidariedade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta alguns resultados de uma pesquisa empírica, de caráter qualitativo, que estuda o papel das redes de relações sociais das famílias face à violência urbana existente num bairro de periferia. Designada como Vila dos Milagres, essa localidade é uma das vinte e três que constituem o bairro do Ibura, o qual é apontado pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, nos últimos três anos, como um dos bairros mais violentos da região metropolitana da cidade de Recife.

A pesquisa se valeu de vinte e cinco entrevistas em profundidade realizadas com homens e mulheres na faixa etária entre 25 e 40 anos, vivendo em situação de conjugalidade, com ou sem filhos. A partir das mesmas, foram reconstituídas as redes de relações sociais do indivíduo, e da família, e analisadas as relações ativadas para aceder a diferentes tipos de recursos.

O interesse por um objeto que possibilita analisar as relações sociais cotidianas de uma comunidade reside, primeiramente, no fato de que a violência urbana e suas adventícias conseqüências (o medo, a insegurança, a morte, dentre outras) constituem, no mundo contemporâneo, uma questão social de importância extrema e de difícil tratamento; depois, por examinar a temática das *redes sociais*, as quais têm demonstrado ser experiências enfatizadoras de renovados valores e princípios de organização, comunicação e trabalho para as comunidades onde existem.

Então, a partir da colocação da questão da dívida nas sociedades contemporâneas, discutir-se-á o papel das redes sociais no acesso aos recursos de proteção e solidariedade; por fim, identificar-se-á a morfologia da rede, a sua composição e orientação, o tipo de laços ativados, dando relevo à distinção entre laços fortes e laços fracos.¹

* Sociólogo. Doutorando em Sociologia / UFPE. Professor Assistente Substituto do Departamento de Psicologia e Orientação Educacional do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: dakitaa@yahoo.com.br – Autor.

¹ Segundo a definição de Granovetter (1973; 1982), a força dos laços é aferida através de quatro critérios: a duração da relação (antiguidade da relação; tempo dispendido junto), a intensidade emocional, a intimidade, os serviços recíprocos. Degenne e Forsé (1994) acrescentam-lhe um outro critério: a multiplicidade (pluralidade de conteúdos de troca).

A DÁDIVA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Existe, hoje, a idéia generalizada de que a dádiva desapareceu das sociedades contemporâneas e cedeu o seu lugar ao cálculo racional e à troca mercantil. À medida que o individualismo ganha peso, a generosidade perde-se e é substituída pelo egoísmo calculista.

A perspectiva adotada em nossa pesquisa vai de modo contrário a essa argumentação, afirmando a centralidade do dom nas sociedades modernas. Lançando mão de alguns argumentos levantados por Santos (1993) e Godbout (1998), defendemos a existência nas sociedades modernas, como nas sociedades arcaicas, de um modo de circulação dos bens que difere intrinsecamente daquele que é analisado pelos economistas. Um sistema de dádiva que serve para estabelecer e alimentar relações sociais, como bem salienta Godbout (1998, p. 32): “(...) no dom o bem circula ao serviço do vínculo (...)”.

Nesse sentido, utilizamos a definição de dádiva colocada por Godbout (id., *ibid.*): “toda a prestação de bem ou serviço efetuada sem garantia de retorno, com vista a criar, alimentar ou recriar o vínculo social entre as pessoas”. O dom, assim caracterizado, como modo de circulação dos bens ao serviço do laço social, constitui um elemento essencial da sociedade.

Mauss, na sua obra clássica *Ensaio sobre a dádiva*, afirmou a centralidade da dádiva nas sociedades arcaicas; no entanto, teve dificuldade em reconhecer que a sua existência nas sociedades modernas fosse além do estatuto de manifestação residual do passado. Como Godbout, pensamos que “o dom é tão moderno e contemporâneo como característico das sociedades arcaicas” (1998, p. 20). A sua perenidade não resulta apenas da necessidade de trazer um “suplemento de alma” aos interesses mercantis e estatais, mas testemunha o “fato do dom, ele próprio, como o mercado e o Estado, formar um sistema” (*Ibid.*, p. 21); sistema de relações sociais, propriamente ditas, enquanto relações não redutíveis a interesses econômicos ou de poder. Argumentamos que fenômenos como as prendas, a prestação de cuidados às crianças, aos idosos e aos doentes, os convites para festas e a hospitalidade, o voluntariado e a doação de sangue e órgãos, entre outras, constituem formas de troca social que não são hoje residuais; nem quantitativamente (dada a sua frequência no quotidiano) nem qualitativamente (dada a sua importância na vida dos indivíduos).

Alguns autores viram na providência estatal a forma moderna da dádiva.² Esta é, aliás, uma herança teórica do próprio Mauss que, na conclusão do seu *Ensaio*, vê nos sistemas de segurança social ocidentais um prolongamento moderno das formas arcaicas da dádiva.

Com efeito, o Estado tem um tipo específico de relação com o sistema de dom. Por um lado, muitos serviços anteriormente prestados pelas redes de auxílio pessoal ou caritativo são agora realizados pelo Estado; por outro, e contrariamente ao mercado, este não nega o altruísmo: recebe, organiza, reparte e distribui em nome da solidariedade – solidariedade mais extensa do que a das redes primárias, mais justa do que a dos sistemas de caridade. O desenvolvimento do Estado-Providência foi, por esse motivo, muitas vezes, visto como um substituto feliz do dom, diminuindo a injustiça e a desigualdade e repondo a dignidade dos beneficiados.

No entanto, é possível e correto pensar que o moderno sistema estatal de providência não é um sistema de dom, nem um seu complemento. Os dois assentam em princípios diferentes: o dom é um sistema livre, enquanto o Estado desenvolve obrigações automáticas para os cidadãos; o Estado tem horror à diferença, fonte potencial de desigualdades, ao passo que o dom alimenta-se dela: de afinidades, vínculos privilegiados e personalizados; o Estado tem dificuldade em lidar com as diferenças pessoais, o dom encontra nelas a sua fonte de dinamismo (*Id.*, *Ibid.*).

² Uma das perspectivas mais interessantes quanto a isso se encontra na obra de Richard Titmuss, *The Gift Relationship* (1971). Partindo duma análise da doação de sangue em diferentes países, o autor retoma as idéias de Mauss para defender a tese de que a intervenção estatal estimula as relações sociais de tipo altruísta, ao fazer apelo à solidariedade entre desconhecidos, forma superior de dom, inexistente nas sociedades arcaicas.

A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

Vários estudos, em diversos campos, sublinham a importância da família no plano normativo, enquanto “modelo” de comportamento e crenças (KELLERHALS et al., 1994). Numa sociedade onde o ritmo da mudança é cada vez maior, a família representa, cada vez mais, um elemento estável que permite aos indivíduos encontrarem um sentido para a sua ação.

Contudo, a maioria das investigações realizadas atualmente centra-se no plano das relações instrumentais entre família conjugal e família alargada. Com uma vertente mais ou menos operacional, os estudos sobre as trocas de bens e serviços no interior da família têm-se multiplicado desde a década de 1970, apontando, todos eles, para a importância fundamental do apoio da rede de parentesco. Alguns exemplos demonstram a vitalidade que o sistema familiar de dádiva apresenta na provisão de diferentes necessidades.

No plano das ajudas materiais, uma tendência parece clara em estudos realizados em diferentes países: a importância das transferências monetárias de pais para filhos, sobretudo em fases de transição do ciclo de vida, como a constituição da família, a compra de habitação ou o nascimento dos filhos (PITROU, 1978, 1992; CUTURELLO, 1987; DÉCHAUX, 1990). Não menos importante que o dinheiro são as ajudas em gêneros: ofertas de vestuário, eletrodomésticos e objetos domésticos, roupas e brinquedos para as crianças (PITROU, 1978, 1992; FINCH, 1989). Pitrou (1992, p. 68) chama atenção para o fato de muitas vezes os presentes dos familiares, em ocasiões como o Natal e os aniversários, cobrirem totalmente as necessidades em termos de vestuário das crianças.

No plano da prestação de serviços, os parentes revelam-se também elementos fulcrais. Os estudos revelam a multiplicidade de ajudas prestadas: das mudanças de habitação, consertos em casa e limpezas domésticas até à guarda das crianças e procura de emprego (PITROU, 1978, 1992; FINCH, 1989; FINCH; MASON, 1993; KELLERHALS et al., 1994).

No plano instrumental, as famílias parecem, pois, contar largamente com os seus parentes para fazer face às suas necessidades. Os estudos realizados sobre essa matéria parecem apenas divergir quanto à relevância do apoio familiar no quotidiano dos indivíduos: se alguns apontam para a presença constante das ajudas (PITROU, 1978, 1992; MARPSAT, 1991), outros, embora admitam a sua importância, acentuam o caráter ocasional e não sistemático da solidariedade familiar (KELLERHALS et al., 1994), sublinhando a valorização dos parentes em momentos de crise (FISCHER, 1982).

A TEORIA DAS REDES SOCIAIS

O conceito de rede social apareceu cedo na sociologia e na antropologia social. No entanto, inicialmente, nas décadas de 1930 e 1940, o conceito era sobretudo usado em sentido metafórico: os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem.

A construção de um sentido analítico para o conceito de rede social desenvolveu-se em torno de duas correntes: uma emersa da antropologia social britânica do pós II Guerra Mundial, que se preocupa fundamentalmente com uma análise situacional de grupos restritos; outra, sobretudo americana, que se prende com o desenvolvimento da análise quantitativa, no quadro duma análise estrutural.

A utilização do conceito de rede social entre os antropólogos britânicos surge, em grande medida, como resultado da crescente “insatisfação com o modelo estrutural-funcionalista clássico” (BOISSEVAN, 1974, p. 18), e está ligado ao grupo que, sob a direção de Gluckman, desenvolveu um vasto conjunto de trabalhos empíricos na África e na Europa.

A rigidez das propostas teóricas dominantes revelava-se cada vez mais ineficaz na análise das realidades empíricas complexas, com que trabalhavam os autores britânicos. A perspectiva estrutural-funcionalista preocupava-se fundamentalmente com a normatividade dos sistemas culturais. Embora o conceito de rede social fosse utilizado como metáfora descritiva, a unidade de análise privilegiada era o grupo restrito. Em consequência desse posicionamento, os autores tinham sérias dificuldades em lidar com sistemas sociais em que laços mais complexos atravessam a organização social de grupos ou categorias institucionalizadas. Para estudar esse tipo de relação, muitos antropólogos, nos anos de 1950, desviaram a sua atenção dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais e desenvolveram o conceito de rede social de uma forma sistemática.

Para Wellman, enquanto os antropólogos britânicos se deslocaram de questões substantivas para questões formais, a tradição de estudos americanos começou com questões relativas às formas das redes, à qual não é alheia a influência do trabalho de Simmel na América. O argumento simmeliano quanto à determinação do conteúdo das relações sociais pela importância da dimensão dos sistemas sociais e do relacionamento interindividual na definição do comportamento individual e das relações duais (WELLMAN, 1991).

A tradição americana de estudo das redes desenvolveu-se segundo duas linhas de sensibilidade distintas: uma, herdeira de Simmel, é essencialmente formalista, concentrando-se sobretudo na morfologia das redes e no seu impacto nos comportamentos (alguns dos exemplos desta abordagem encontram-se reunidos em Leinhardt, 1977); outra reclama-se estruturalista, definindo a relação como unidade básica da estrutura social e utilizando uma grande variedade de conceitos e métodos de análise do estudo das redes sociais para responder a problemáticas centrais na teoria sociológica. As idéias centrais dessa segunda abordagem encontram-se sistematizadas na introdução de Wellman e Berkowitz (1991) à obra onde estão reunidos diversos estudos realizados segundo essa perspectiva.

Qual pode ser então o contributo dessa teoria para o estudo que empreendemos? A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais, em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que essas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações as têm, pelo que a sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos pessoais ou efeitos cumulativos de múltiplas interações. Essa “análise relacional” (WELLMAN, 1985) permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas, também, o modo como eles o usam e modificam consoantes os seus interesses.

O PAPEL DAS REDES INFORMAIS NA PROVISÃO DE RECURSOS

O estudo reconstitui as redes de relações da família a partir de uma abordagem “egocentrada”, ou seja, identificando os indivíduos que interagem com um determinado “alvo” (indivíduo ou casal) (MILARDO, 1988). Esse tipo de procedimento tem a vantagem de dar uma visão ptoloméica das redes: em lugar da concepção do observador exterior, obtemos a perspectiva dos indivíduos que se encontram no seu centro. No entanto, um dos problemas das redes egocentradas consiste na dificuldade em identificar a totalidade dos membros da rede de um dado indivíduo ou família, sendo quase sempre necessário criar uma amostra do total da sua população. Em consequência do tipo de abordagem metodológica e da estratégia de medida adotada, é possível encontrar, na literatura sobre as redes, especialmente, três tipos de redes: as redes de “companheiros próximos” ou “outros significantes”, as redes de interação e as redes de troca.

As redes de “companheiros próximos” ou “outros significantes” são constituídas pelos indivíduos considerados importantes pelo “alvo”. Milardo define, operacionalmente, esse tipo de redes com “indivíduos cuja opinião acerca da sua vida pessoal é importante para si” (MILARDO, 1988, p. 22). As redes de interação são constituídas pelos indivíduos com quem os membros da família interagem numa base de rotina. Finalmente, as redes de troca incluem os indivíduos com os quais a probabilidade de recompensa de trocas é elevada. Esse tipo de abordagem “inclui entre os membros da rede social as pessoas cujo comportamento recompensa ou penaliza o *ego* ou as pessoas que são diretamente recompensadas ou penalizadas pelo *ego*” (FISCHER, 1982: 287). As trocas incluem um vasto leque de interações avaliadas quer positiva, quer negativamente, que vão desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e companhia nas atividades de lazer.

A pesquisa utiliza as três abordagens, simultaneamente, identificando os elementos significativos, do ponto de vista simbólico, ao mesmo tempo em que confronta os inquiridos com uma série de cenários sociais de modo a identificar os indivíduos com os quais existem interação e trocas efetivas. Cruzam-se, assim, as decisões do entrevistado e do pesquisador sobre quem deve ser incluído na rede, procurando-se, por um lado, uma aproximação à totalidade da rede social e, por outro lado, uma inclusão de diferentes tipos de laços.

Os laços podem ser positivos, negativos (LEMIEUX, 1999), fortes ou fracos (GRANOVETTER, 1973; 1982), passivos ou ativos (MILARDO, 1988). Essas distinções permitem analisar as fronteiras das redes com o seu ambiente externo, mas também as fronteiras entre subsistemas no ambiente interno das redes (LEMIEUX, 1999, p. 124). O estudo procura identificar as características dos diferentes laços que compõem as redes e identificar os fluxos que percorrem esses laços. No presente texto, analisa-se o acesso aos recursos que os indivíduos lançam mão e os protegem ou minimizam dos efeitos da violência. Identifica-se a morfologia da rede, a sua composição e orientação, o tipo de laços ativados, dando particular relevo à distinção entre laços fortes e laços fracos.³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, dentre os resultados que se alcançou, vale ressaltar alguns aspectos. Primeiramente, a centralidade do papel das redes sociais no acesso aos recursos é preponderante no caso da busca de proteção diante da violência. As entrevistas revelam como nas redes circulam apoios afetivos e materiais, serviços, ajudas financeiras, bens materiais, etc.

Com respeito à *morfologia da rede*,⁴ os dados analisados permitem argumentar que as redes são, sobretudo, orientadas para os parentes (embora, o sentido dessa orientação dependa do tipo de apoio que é requerido). A morfologia da rede ativada para dar resposta aos problemas da violência é bastante centrada nas relações familiares. A orientação da rede é quase exclusivamente para a família. Os laços fortes dominam inteiramente as redes sociais mobilizadas nesse domínio. Contudo, é possível verificar que os apoios fora da rede de relações próximas, constituídas por pais, irmãos e respectivos cônjuges, são possíveis. Nesse caso, são mobilizados outros laços fortes, como os laços mais alargados de parentesco e também laços de amizade e vizinhança.

As famílias desenvolvem estratégias de proteção. Como, por exemplo, combinar os horários de saída e chegada em casa de seus membros, para estarem sempre em grupo e, assim, se deslocarem.

³ Segundo a definição de Granovetter (1973; 1982), a força é aferida através de quatro critérios: a duração da relação (antiguidade da relação; tempo dispendido junto), a intensidade emocional, a intimidade, os serviços recíprocos. Degenne e Forsé (1994) acrescentam-lhe um outro critério: a multiplexidade (pluralidade de conteúdos de troca).

⁴ Tratou-se de conhecer a *orientação* da rede: as relações são estabelecidas, sobretudo com parentes, amigos, vizinhos ou colegas?

Diante do perigo que ronda a vida familiar, é possível detectar a existência de um sistema de dádiva cuja vitalidade possibilita uma resposta eficiente à necessidade concreta da vida. E isso simbolizaria uma resposta da sociedade-providência na provisão de bem-estar.

REFERÊNCIAS

BOISSEVAN, J. **Friends of Friends: networks, manipulators and coalitions**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

CUTURELLO, P. Une Affaire de Famille: l'auto-construction du logement. **Revue Internationale d'Action Communautaire**. Paris, v. 18, n. 58, p. 119-126, set 1987.

DÉCHAUX, J-H. Les Échanges Économiques au sein de la Parentèle. **Sociologie du Travail**. Paris, n. 1, p. 73-94, ago 1990.

DEGENNE, A.; FORSÉ, M. **Les Réseaux Sociaux**. Paris: Armand Colin, 1994.

FINCH, J. **Family Obligations and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1989.

FINCH, J.; MASON, J. **Negotiating Family Responsibilities**. London: Routledge, 1993.

FISCHER, C. S. **To Dwell Among Friends: personal networks in town and city**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

GODBOUT, J. **O Espírito do Dom**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GRANOVETTER, M. S. "The Strength of Weak Ties." In: LEINHARDT, S. (ed.) **Social Networks. A Developing Paradigm**. New York: Academic Press, 1977. p. 347-367.

_____. "The Strength of Weak Ties: a network theory revisited." In: MARSDEN, P. V.; LIN, N. (eds.) **Social Structure and Network Analysis**. Beverly Hills: Sage, 1982. p. 105-130.

KELLERHALS, J. et al. **Les Réseaux de Solidarité dans la Famille**. Lausanne: Réalités Sociales, 1994.

LEINHARDT, S. (ed.) **Social Networks: a developing paradigm**. New York: Academic Press, 1977.

LEMIEUX, V. **Les Réseaux d'Acteurs Sociaux**. Paris: PUF, 1999.

MARPSAT, M. Les Échanges au Sein de la Famille. **Économie et Statistique**, Paris, n. 239, p. 59-66, dez. 1991.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a Dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988.

MILARDO, R. "Families and Social Network: na overview of theory and methodology." In: _____. (ed.) **Families and Social Network**. Newbury Park: Sage, 1988. p. 13-47.

PITROU, A. **Vivre sans Famille? Les Solidarités Familiales dans le Monde d'aujourd'hui**. Toulouse: Privat, 1978.

_____. *Lés Solidarités Familiales*. In: _____. **Vivre sans Famille? Lés Solidarités Familiales dans le Monde d'aujourd'hui**. Toulouse: Privat, 1978.

SANTOS, B. de S. "O Estado, as Relações Salariais e o Bem-Estar Social na Semi-Periferia: o caso português." In: _____ (Org.). **Portugal: um retrato singular**. Porto: Afrontamento, 1993.

TITMUSS, R. M. **The Gift Relationship**. New York: Pantheon Books, 1971.

WELLMAN, B. "Studying Personal Communities." In: MARSDEN, P. V.; LIN, N. (eds.). **Social Structure and Network Analysis**. Beverly Hills: Sage, 1985. p. 61-80.

_____. "Structural Analysis: from method and metaphor to theory and substance". In: WELLMAN, B.; BERKOOWITZ, S. D. (eds.) **Social Structures: a network approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 19-61.

WELLMAN, B.; BERKOOWITZ, S. D. (eds.) **Social Structures: a network approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. "Studying Social Structures." In: _____. (eds.) **Social Structures: a network approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 1-14.